



1     **ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
2     **DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

3     No vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas,  
4     teve lugar a ducentésima sexagésima segunda reunião do Conselho Municipal de Educação  
5     de São Bernardo do Campo - CME, convocada em caráter ordinário e realizada de forma  
6     remota, por meio da plataforma 'Google Meet'. A reunião foi presidida pela sra. Rosângela  
7     Babinska e teve os seguintes itens em sua pauta: **1.** Aprovação da ata da reunião anterior;  
8     **2.** Análise das solicitações de autorização de funcionamento das escolas de Educação  
9     Infantil de iniciativa privada do município; **3.** Apresentação do Monitoramento do Plano  
10    Municipal de Educação 2023 – realização 2024; **4.** Resolução de Matrículas para o ano  
11    letivo de 2025; e **5.** Informes e outros assuntos. Estiveram presentes os seguintes  
12    conselheiros e conselheiras: Ana Paula Souza e Silva, Caroline Guerra Takeuchi, Eliane  
13    Quirino de Souza Consentino, Eliezer Mendes da Silva – representado pela sra. Talita  
14    Moreira, Fernanda da Silva Ribeiro Abbud, Ilka Baracho da Silva, Jorge Araújo da Silva –  
15    representado pelo sr. Ricardo Marinho, Joseleine de Campos Gomes, Murilo Esteves  
16    Frizanco, Nádia Beltramdt Pereira, Patricia Vivolo Rotondaro da Silva, Priscilla de Cássia  
17    Bessi de Mattos, Renata Lilian de Oliveira, Rodrigo Daniel Casemiro, Rosa Maria  
18    Monsanto Glória, Tânia Maria Scapin Murias, Tatiana Mariana Chaves de Freitas e  
19    Vanessa Takigami Alves; além do sr. Carlos Henrique Rangon Antunes – Encarregado do  
20    Serviço de Apoio Administrativo aos Conselhos Municipais e Secretário da reunião. Após  
21    a verificação do quórum necessário para a instalação da sessão plenária, a sra. Presidente  
22    Rosângela agradeceu a presença dos conselheiros e conselheiras, declarando desta forma  
23    aberta a ducentésima sexagésima segunda sessão plenária do colegiado. Então, solicitou a  
24    leitura da pauta do dia. *Passando para o “item 1” da pauta;* a sra. Presidente Rosângela  
25    pediu aos conselheiros que revisassem a ata da última reunião, questionando se haviam  
26    sugestões de acréscimos, supressões ou destaques. Não havendo manifestações do  
27    colegiado, a ata da ducentésima sexagésima primeira reunião do colegiado foi colocada em  
28    votação e aprovada por unanimidade. *Passando para o “item 2” da pauta;* a sra. Presidente  
29    Rosângela convidou o Grupo de Trabalho de Autorização de Funcionamento para realizar  
30    as apresentações. A Conselheira Eliane procedeu com as apresentações das solicitações de  
31    autorização de funcionamento das escolas de iniciativa privada do município, denotando  
32    relatório fotográfico de cada Unidade Escolar, acompanhado de Parecer Conclusivo das  
33    Comissões de Orientadores Pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento de cada  
34    escola. Após as considerações e análise criteriosa dos documentos apresentados, e com  
35    base na Deliberação CME Nº 02/2022, o Colegiado se manifestou: **a)** por unanimidade,  
36    pela emissão de Parecer favorável para a Autorização de Funcionamento da Escola de  
37    Educação Infantil Scalenus Baby, mantida pela Escola Infantil Scalenus EIRELI,  
38    convalidando a mesma até 19/08/2027, em consonância com os documentos que instruem



39 o processo SB.054086/2022; **b)** por unanimidade, pela emissão de Parecer favorável para  
40 a Autorização de Funcionamento da Escola de Educação Infantil “CEI Futuro Feliz V”,  
41 mantida pela Associação A Palavra de Deus, convalidando a mesma até 25/06/2025, em  
42 consonância com os documentos que instruem o processo SB.079546/2023; **c)** por  
43 unanimidade, pela emissão de Parecer favorável para a Autorização de Funcionamento da  
44 Escola de Educação Infantil “UPS - Projeto Mão Amiga”, mantida pela Associação  
45 Brasileira de Ação Social Cristã (ABASC), convalidando a mesma até 11/05/2025, em  
46 consonância com os documentos que instruem o processo SB.030718/2020; **d)** por  
47 unanimidade, pela emissão de Parecer favorável para a Autorização de Funcionamento da  
48 Escola de Educação Infantil “Instituto Jêseue Educação Infantil - SIV”, mantida pelo Lar  
49 Escola Jêseue Frantz, convalidando a mesma até 19/09/2026, em consonância com os  
50 documentos que instruem o processo SB.084414/2020; e **e)** por unanimidade, pela emissão  
51 de Parecer favorável para a Autorização de Funcionamento da Escola de Educação Infantil  
52 mantida pelo Centro de Convivência Caminho Certo LTDA - ME, convalidando a mesma  
53 até 14/02/2026, em consonância com os documentos que instruem o processo  
54 SB.031119/2014. Ao término da apresentação, a sra. Presidente Rosangela agradeceu pelas  
55 apresentações do trabalho do GT de Autorização de Funcionamento. Passando para o  
56 “item 3” da pauta; a sra. Presidente Rosangela relatou que, em continuidade às ações do  
57 Conselho, a conselheira Caroline discutiu a publicação do Índice de Desenvolvimento da  
58 Educação Básica (Ideb), divulgado em 14 de agosto pp. Desta forma, decidiu-se também  
59 abordar os resultados dos anos finais, responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação,  
60 destacando que em São Bernardo do Campo, apenas a EMEBB Neusa Basseto oferece essa  
61 etapa, sem aferição do Ideb devido ao seu atendimento específico para crianças e jovens  
62 surdos. Ela ressaltou a importância de observar as transições entre as etapas de ensino,  
63 conforme a legislação educacional. Enfatizou a relevância de acompanhar indicadores de  
64 qualidade, especialmente em relação ao abandono escolar, e a necessidade de apoiar jovens  
65 que retornam para concluir seus estudos no Sistema Municipal de Ensino. Por fim,  
66 destacou a importância da análise desses dados para melhorar a experiência educacional  
67 dos estudantes. Então, a sra. Presidente Rosangela convidou a Conselheira Nádia,  
68 representante da Diretoria Regional de Ensino no colegiado para sua apresentação. A  
69 Conselheira Nádia agradeceu a oportunidade e iniciou sua explanação destacando a  
70 importância do Ideb como um indicador de qualidade do aprendizado, apresentando dados  
71 sobre o Ensino Fundamental e Médio. Ela comparou os resultados do Brasil, da rede  
72 pública e do município de São Bernardo do Campo, enfatizando que o Ideb estabelece  
73 metas para a melhoria da educação. A Conselheira Nádia explicou que o Ideb é calculado  
74 a partir da Prova Brasil e do Saeb, que avaliam a proficiência em Língua Portuguesa e  
75 Matemática a cada dois anos. Para o Ensino Fundamental de 2023, o aprendizado foi de  
76 5.53, mas, devido a reprovações e abandono escolar, a nota final foi de 5.4. Ela destacou



77 que, apesar de um aumento na média desde 2005, a nota ainda ficou abaixo da meta de 6.1  
78 estabelecida para 2021. Para o Ensino Médio, ela relatou que a nota foi de 4.86 em 2023,  
79 considerada razoável dentro do contexto atual, mas ainda abaixo da meta de 5.2 para 2021.  
80 Ela observou que a retenção de alunos é um desafio, ressaltando que o fluxo no Ensino  
81 Médio, com um índice de 0.92, impacta as notas. Por fim, a Conselheira Nádia apresentou  
82 gráficos que mostram a trajetória dos resultados do Ideb, evidenciando a necessidade de  
83 ações para melhorar a qualidade do ensino em São Bernardo do Campo. Ao fim colocou-  
84 se à disposição para sanar quaisquer dúvidas dos conselheiros. A Sra. Presidente Rosângela  
85 começou agradecendo a apresentação da conselheira Nádia, na sequência, levantou uma  
86 questão de ordem sobre o monitoramento do Plano Municipal de Educação, destacando a  
87 importância das questões relacionadas ao Ensino Profissional. Ela perguntou às  
88 conselheiras Tânia e Nádia se poderiam contribuir com algumas considerações para  
89 complementar o relatório, especialmente em função das mudanças ocorridas nos itinerários  
90 formativos. A Conselheira Tânia afirmou que acreditava ser possível realizar as  
91 considerações solicitadas. Ela destacou que, de fato, ocorreram mudanças e várias parcerias  
92 foram estabelecidas, resultando em um aumento gradual da oferta do Ensino Profissional.  
93 A Conselheira Priscilla mencionou que, ao analisar o município, também é importante  
94 considerar o estado e as principais cidades, especialmente aquelas com mais de 100 mil  
95 habitantes, para entender a posição de São Bernardo do Campo. Ela destacou a queda  
96 significativa no IDEB durante o período pandêmico, especialmente em relação à  
97 aprendizagem das crianças, embora o fluxo não tenha sido tão afetado. No entanto,  
98 observou que as crianças estão recuperando essa aprendizagem, graças aos projetos de  
99 apoio criados para incentivá-las e monitorar seu progresso. Priscilla concluiu que, embora  
100 os índices sejam diferentes, São Bernardo do Campo está apresentando uma trajetória de  
101 crescimento semelhante à de outros municípios. A Conselheira Caroline destacou os pontos  
102 levantados pela Conselheira Priscilla, enfatizando a importância de observar os estudantes  
103 que concluem o 5º ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal e como eles se saem na  
104 Rede Estadual nos anos seguintes. Ela ressaltou que, embora o foco do município sejam os  
105 anos iniciais, é fundamental ter uma perspectiva de continuidade, acompanhando o  
106 desempenho dos estudantes após essa transição. A Conselheira Tatiana disse que, embora  
107 estivesse há algum tempo afastada do Ensino Fundamental regular, atuando na Educação  
108 de Jovens e Adultos desde 2018, ela ainda mantém uma interlocução com o Ensino  
109 Fundamental no EJA. Ela destacou a importância de considerar a continuidade e a  
110 qualidade do ensino, fazendo referência à correção de fluxo abordada pela Conselheira  
111 Nádia. A Conselheira Tatiana observou que muitos adolescentes estão ingressando na  
112 Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal, especialmente nos anos finais do Ensino  
113 Fundamental. Ela lembrou que, em 2018, a porcentagem de adolescentes que frequentavam  
114 o EJA era de 8% e que agora esse número subiu para aproximadamente 20% das



115 matrículas. Isso, segundo ela, demonstra que muitos adolescentes não conseguem concluir  
116 a educação na idade adequada, reforçando a importância da comunicação e do  
117 compartilhamento de experiências. A Conselheira Nádia mencionou um estudo sobre a  
118 Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando que a Rede Estadual em São Bernardo  
119 possui 10 unidades que atendem alunos nesse formato. Ela ressaltou que muitos desses  
120 alunos vêm da Rede Municipal e estimou que, no próximo ano, cerca de 700 estudantes da  
121 rede municipal devem ingressar na EJA para continuar seus estudos no Ensino Médio. A  
122 Conselheira Joseleine agradeceu a apresentação e destacou a importância da parceria com  
123 a Diretoria de Ensino. Ela mencionou que, ao longo dos anos, houve um estreitamento nas  
124 reuniões para discutir a passagem dos alunos, não apenas no período de transição, mas  
125 também sobre como as escolas recebem os novos estudantes e os desafios enfrentados nas  
126 áreas de leitura, escrita e matemática. A Conselheira Joseleine também abordou a questão  
127 do abandono escolar, considerando-o um desafio significativo, especialmente após o  
128 período pandêmico. Ela destacou que, apesar dos esforços para reintegrar os alunos, a baixa  
129 frequência ainda é preocupante, e que muitas famílias relatam dificuldades para levar os  
130 filhos à escola, incluindo questões de comportamento e dependência de dispositivos  
131 eletrônicos. Joseleine pediu uma reflexão sobre a visão do estado em relação ao abandono  
132 e à baixa frequência escolar, enfatizando a necessidade de entender e abordar esses  
133 problemas para reverter a situação. A Conselheira Nádia mencionou que a Secretaria  
134 Estadual utiliza uma plataforma chamada "Aluno Presente", que coleta dados a partir do  
135 diário de classe online dos professores. Com essa ferramenta, a direção das escolas é  
136 orientada a realizar a busca ativa e diagnosticar as causas das faltas. Ela observou que os  
137 alunos mais novos tendem a faltar menos, mas, à medida que avançam na idade, o número  
138 de faltas e a flutuação aumentam. Nádia ponderou que, conforme os alunos chegam ao  
139 Ensino Médio, a necessidade de acompanhamento familiar diminui, levando à perda de  
140 interesse e dificuldade dos alunos em administrar a nova liberdade. Ela ressaltou que,  
141 embora haja casos que requerem encaminhamento aos órgãos de proteção, grande parte  
142 dos alunos podem ser apoiados e motivados a retornar à escola, ressaltando a importância  
143 do acompanhamento constante para identificar e tratar as dificuldades de cada estudante, e  
144 que muitos alunos podem ser resgatados e incentivados a retornar à escola. A Conselheira  
145 Nádia também mencionou que, apesar dos esforços, a frequência ainda é menor em regiões  
146 de maior vulnerabilidade, refletindo questões estruturais e financeiras. Contudo, ela  
147 destacou que há uma melhora observada com o acompanhamento constante. Após, a sra.  
148 Presidente Rosângela informou que a Conselheira Fernanda realizará uma apresentação  
149 sobre a Meta 16 do Plano Municipal de Educação, abordando aspectos da descentralização  
150 dos recursos e do fortalecimento da Gestão Democrática. A Conselheira Fernanda falou  
151 sobre a importância dos órgãos colegiados no fortalecimento da gestão democrática e a  
152 política de descentralização de recursos para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs),



153 representadas pelas APMs. Ela esclareceu as diferenças e semelhanças entre o Conselho  
154 de Escola e a APM, ressaltando que ambos são fundamentais para decisões coletivas,  
155 fiscalizações e mobilizações, mas possuem especificidades. Ela destacou que o Conselho  
156 de Escola lida com deliberações organizacionais e exemplificou com o Conselho Mirim,  
157 onde estudantes realizam diagnósticos e propõem melhorias. Por outro lado, a APM foca  
158 na viabilização de recursos para melhorias escolares, envolvendo pais na gestão dos  
159 recursos, como tesoureiros e diretores executivos. A Conselheira Fernanda enfatizou a  
160 importância da participação dos pais, que muitas vezes enfrentam dificuldades para atuar  
161 efetivamente na escola, mas que quando se sentem parte do ambiente escolar, podem  
162 provocar transformações significativas. Ela compartilhou sua experiência como diretora,  
163 mencionando como os pais conseguiram gerenciar atividades na escola, contribuindo para  
164 a manutenção da qualidade do atendimento. A Conselheira também apresentou dados de  
165 2023, quando foram realizados 177 ajustes entre a Secretaria de Educação e as APMs,  
166 explicando que esses ajustes funcionam como contratos que exigem responsabilidades  
167 mútuas, visando o benefício dos alunos e respeitando os princípios da gestão democrática.  
168 Para elucidar ainda mais a discussão, na sequência ela apresentou um vídeo que explica o  
169 ciclo de execução dos recursos (disponível em <https://youtu.be/84Pmxuem5ek>), onde foi  
170 explicado o ciclo de execução dos recursos, desde a formulação da parceria até a prestação  
171 de contas pela APM. Ela detalhou o processo de renovação do termo de colaboração, que  
172 inclui o Plano de Trabalho, que deve ser elaborado com a participação da comunidade  
173 escolar, garantindo que as necessidades sejam claramente definidas. A Conselheira  
174 Fernanda explicou as linhas de repasse, que incluem recursos por aluno e valores fixos para  
175 programas específicos, como o Programa Aprendizagem Criativa e a manutenção de  
176 infraestrutura. Ela destacou que em 2022 e 2023 foram realizados repasses adicionais para  
177 atender demandas imprevistas, como a manutenção de escolas e o Programas de Dignidade  
178 Menstrual. Ela também compartilhou exemplos de melhorias nas escolas após os repasses,  
179 como reformas de telhados e a revitalização de espaços. Concluiu que a gestão eficiente  
180 dos recursos públicos, aliada à participação da comunidade, resulta em melhorias  
181 significativas para a qualidade da educação. Ao término, se colocou à disposição para sanar  
182 quaisquer dúvidas dos conselheiros. A sra. Presidente Rosângela recordou que, não há  
183 tanto tempo, as APMs podiam realizar eventos na escola para angariar recursos além  
184 daqueles já repassados pelo Poder Público, solicitou que a Conselheira Fernanda abordasse  
185 esse assunto. A Conselheira Fernanda afirmou que, se a APM explorasse todo seu  
186 potencial, poderia realizar muito mais do que atualmente. Ela destacou que as APMs  
187 poderiam usar outros espaços na comunidade para desenvolver atividades, não apenas para  
188 angariar fundos, mas também para promover parcerias com serviços, como agentes de  
189 saúde. Fernanda acredita que viabilizar recursos de outras formas é produtivo e pode  
190 beneficiar a comunidade escolar, desde que o espaço escolar não seja utilizado para essas



191 ações, dado que é um ambiente público. A Presidente Rosângela perguntou como são  
192 solucionados impasses sobre o uso dos recursos nas APMs, em vista que algumas  
193 deliberações podem gerar conflitos. A Conselheira Fernanda explicou que, em caso de  
194 impasses sobre o uso dos recursos, o diretor escolar tem um papel crucial, pois é quem  
195 decide e apresenta as necessidades da escola. Embora o diretor executivo e o tesoureiro  
196 sejam responsáveis pela assinatura dos cheques, o diretor é um membro nato do Conselho  
197 Deliberativo, o que lhe confere autonomia para deliberar. Ela mencionou que, quando há  
198 desacordos, como por exemplo, a resistência dos pais em investir em questões pedagógicas,  
199 o diretor deve mediar a situação. Se o diretor também for presidente do conselho, isso  
200 facilita ainda mais a condução da discussão. Ela ainda enfatizou a importância de cultivar  
201 uma boa relação com os pais, envolvendo-os e explicando as necessidades pedagógicas,  
202 para que, em momentos de impasse, a resolução não se torne complicada. A Conselheira  
203 Joseleine questionou sobre a possibilidade de a APM receber doações, especificamente de  
204 materiais ou equipamentos de empresas, e não em dinheiro. Ela questionou ainda se há  
205 orientações ou regulamentações no município sobre como essas doações podem ser feitas,  
206 quando são permitidas e como funcionam. A Conselheira Fernanda esclareceu que doações  
207 de bens permanentes devem ser registradas como patrimônio da Unidade Escolar, assim  
208 como itens comprados pela Secretaria de Educação. Ela destacou a importância de colocar  
209 uma placa de patrimônio nos itens doados para garantir sua manutenção, ressaltando que  
210 tudo deve ser formalizado pelo edital de doação para que a escola tenha a documentação  
211 necessária. A sra. Presidente Rosangela agradeceu as explanações e a apresentação da  
212 Conselheira Fernanda. Ela destacou a importância do monitoramento do Plano Municipal  
213 de Educação, mencionando que para o próximo pleno, além da apresentação das  
214 conselheiras Tânia e Nádia sobre a educação profissionalizante, haveria uma continuação  
215 na perspectiva da gestão democrática e que seria apresentado ao conselho as possibilidades  
216 de protagonismo juvenil, incluindo o envolvimento das crianças por meio dos Conselhos  
217 Mirins. Passando para o “item 4” da pauta; a sra. Presidente Rosangela falou sobre a  
218 Resolução SE Nº 34/2024, que trata do processo de matrículas e transporte escolar para as  
219 crianças e estudantes da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2025. Ela ressaltou que  
220 as inscrições de novos estudantes para 2025 serão efetuadas no período de 02 a 25/09/2024  
221 (Escolas municipais e Creches Parceiras) e solicitou ao colegiado que dê ampla divulgação  
222 destas informações. Passando para o “item 4” da pauta; o sr. Carlos informou que a  
223 Conselheira Luciana justificou sua ausência por conta questões de saúde, a Conselheira  
224 Carla justificou sua ausência por estar participando de um congresso e a Vice-Presidente  
225 Patricia justificou sua ausência por estar de licença. Ele também informou que foi  
226 publicado no Jornal Notícias do Município de 13 de setembro a Portaria Nº 10.256, de 9  
227 de setembro de 2024, que nomeou a sra. Nádia Beltrandt Pereira como conselheira suplente  
228 da Diretoria Regional de Ensino neste colegiado em substituição à sra. Edinéia. Por fim



229 informou que a próxima reunião está agendada para dia 18/10 pf. A sra. Presidente  
230 agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão plenária às 15h54. Nada mais  
231 havendo a acrescentar, eu, Carlos Rangon, na qualidade de secretário da reunião, redigi a  
232 presente ata, a qual, após apreciação e aprovação dos nobres conselheiros, será assinada  
233 eletronicamente pelos presentes, assegurando, assim, a fidedignidade do registro dos  
234 trabalhos realizados.

Área da assinatura

**CARLOS HENRIQUE RANGON ANTUNES**  
Secretário da reunião

Área da assinatura

**ROSANGELA BABINSKA**  
Presidente  
Conselho Municipal de Educação

Área da assinatura

Ana Paula Souza e Silva

Área da assinatura

Fernanda da Silva Ribeiro Abbud

Área da assinatura

Caroline Guerra Takeuchi

Área da assinatura

Ilka Baracho da Silva

Área da assinatura

Eliane Quirino de Souza Consentino

Área da assinatura

Jorge Araújo da Silva

Área da assinatura

Eliezer Mendes da Silva

Área da assinatura

Joseleine de Campos Gomes



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Área da assinatura

Murilo Esteves Frizanco

Área da assinatura

Rodrigo Daniel Casemiro

Área da assinatura

Nádia Beltramdt Pereira

Área da assinatura

Tânia Maria Scapin Murias

Área da assinatura

Patricia Vivolo Rotondaro da Silva

Área da assinatura

Tatiana Mariana Chaves de Freitas

Área da assinatura

Priscilla de Cássia Bessi de Mattos

Área da assinatura

Vanessa Takigami Alves

Área da assinatura

Renata Lilian de Oliveira